

A INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA AO EMPREENDEDORISMO SOB A ÓTICA DE GESTORES DA SEEDUC

Jhony Rangel Haido de Carvalho
Ualison Rébula de Oliveira

RESUMO: O Programa Pé-de-Meia estabelece uma política federal de transferência condicionada de renda direcionada à permanência de estudantes no ensino médio público. Esta pesquisa analisou como representantes estratégicos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) compreendem o potencial pedagógico desse incentivo para o fomento de competências empreendedoras. A metodologia, de natureza qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas com gestores da rede, cujos dados foram processados sob a ótica da análise institucional. Os resultados revelam um expressivo reconhecimento do valor formativo do programa, embora sua operacionalização ainda ocorra de maneira predominantemente administrativa. Identificou-se uma lacuna entre a finalidade estratégica da política e sua execução prática, evidenciando a necessidade de diretrizes curriculares claras, formação docente específica e a estruturação de trilhas pedagógicas progressivas. O estudo oferece subsídios para a compreensão das condições institucionais indispensáveis à conversão de auxílios financeiros em instrumentos efetivos de aprendizagem e protagonismo juvenil.

Palavras-chave: Programa Pé-de-Meia. Educação empreendedora. Empreendedorismo. Políticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

A eficácia de uma política pública educacional não se encerra em sua publicação no Diário Oficial; ela depende, fundamentalmente, da capacidade de tradução dos atores que operam entre a cúpula normativa e o chão da escola. No Brasil, o currículo do ensino médio historicamente reflete um campo de disputas entre diferentes projetos sociais, o que muitas vezes fragmenta sua identidade e dificulta a orientação de práticas pedagógicas coesas (Krawczyk, 2011). Nesse cenário, gestores e coordenadores estratégicos assumem um papel de mediação vital, possuindo o poder de reduzir uma diretriz nacional a uma tarefa meramente administrativa ou expandi-la para um horizonte formativo mais amplo.

Com a consolidação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o empreendedorismo foi alçado ao posto de eixo estruturante, exigindo uma guinada do ensino tradicional para o desenvolvimento de competências como criatividade e autonomia (Menezes et al., 2024). Paralelamente, a chegada do Programa Pé-de-Meia em 2024 introduziu um componente financeiro inédito nesse ambiente. Ao permitir que o estudante acumule até R\$ 9.000 ao longo de três anos, o programa deixa de ser apenas uma transferência condicionada de renda para se tornar um recurso com potencial transformador nos projetos de vida desses jovens.

A experiência acumulada com programas de transferência de renda, tanto no Brasil com o Bolsa Família quanto em modelos internacionais como o colombiano, ensina que o repasse financeiro atinge seu ápice de eficácia quando está ancorado em estratégias educativas estruturadas (Amaral; Monteiro, 2013; Barrera-Orsorio et al., 2011). Sem essa conexão

pedagógica, o benefício corre o risco de se restringir a uma função compensatória de curto prazo, sem impactar as trajetórias formativas e a quebra real do ciclo de pobreza.

Dada a implementação recente do Pé-de-Meia, observa-se uma escassez de investigações empíricas sobre como as instâncias estaduais de educação estão operacionalizando o programa e quais diretrizes estão sendo formuladas para sua apropriação didática (Madaloz et al., 2024). A compreensão dos gestores acerca dos objetivos dessa política é um fator determinante para definir se o incentivo será tratado como uma rotina burocrática ou como um instrumento de fomento ao comportamento empreendedor. Conforme argumenta Dourado (2020), as reformas educacionais dependem de orientações claras para que se traduzam em mudanças efetivas no cotidiano escolar.

Diante dessa lacuna, emerge a seguinte questão de pesquisa: Como a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) pode articular o Programa Pé-de-Meia a estratégias formativas voltadas ao empreendedorismo no ensino médio?

Para responder a essa questão, este artigo tem por objetivo geral investigar as percepções de representantes estratégicos da SEEDUC/RJ sobre o potencial pedagógico e institucional do Programa Pé-de-Meia. De forma específica, o estudo busca: (I) mapear como o programa está inserido no cotidiano da gestão; (II) analisar as possibilidades de uma organização curricular vinculada ao incentivo; (III) identificar as condições necessárias para que essa integração ocorra; e (IV) sistematizar recomendações que otimizem o impacto do programa na rede estadual.

O estudo baseia-se em entrevistas realizadas em 2025 com gestores de projetos e coordenadores envolvidos na execução da política no Rio de Janeiro. A relevância da investigação reside em seu caráter exploratório, ao analisar como atores intermediários interpretam uma política federal e formulam estratégias locais, revelando tensões e potencialidades pedagógicas ainda não plenamente exploradas nos documentos normativos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O ensino médio brasileiro atravessa um período crítico, marcado por desafios estruturais que comprometem o futuro de milhões de jovens. De acordo com o IBGE (2023), a baixa taxa de conclusão nesta etapa revela um cenário de desmotivação profunda: muitos alunos não enxergam no diploma um diferencial real para o acesso ao ensino superior ou para a obtenção de empregos qualificados. Esse sentimento de falta de perspectiva alimenta um ciclo de resistência e abandono escolar que prejudica tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o profissional (FIRJAN & PNUD, 2023).

Para compreender essa dinâmica, Virtanen et al. (2021) propõem uma análise baseada no engajamento escolar. Segundo os autores, a evasão é o desfecho de níveis baixos de engajamento afetivo — o sentimento de pertencimento — e comportamental — o esforço nas atividades. Quando o aluno se sente desvinculado e descrente no valor da educação, ele desenvolve atitudes displicentes, que são preditores claros do abandono. Barros (2017) complementa essa visão ao destacar que as dificuldades financeiras impulsionam a busca por trabalho imediato. Sem concluir os estudos, esses jovens encontram barreiras severas no mercado; as empresas fecham as portas e as poucas oportunidades que restam oferecem salários

baixos e ausência de carreira, gerando um estresse que afeta diretamente a saúde mental e a autoestima (Barros, 2021).

Diante dessa realidade, os programas de transferência condicional de renda (TCR) ganharam espaço na América Latina como estratégias de inclusão (Nações Unidas, 2025). Na Argentina, a *Asignación Universal por Hijo* (AUH) garante suporte financeiro vinculado à educação básica. Em Belize, o programa *BOOST* ajusta valores conforme o nível escolar e exige 85% de frequência. Na Bolívia, o *Juancito Pinto*, ativo desde 2006, foca na matrícula e permanência mediante frequência mínima de 80%. Já na Colômbia, o modelo de Bogotá inovou ao focar em áreas de baixa renda, condicionando o auxílio pago às mães à assiduidade rigorosa dos alunos.

A experiência da Costa Rica também é emblemática, com programas como o *Vamos em Frente* e o *Nós Crescemos*, que articularam transferências financeiras a avaliações médicas e participação regular em aula. No Equador, o *Bônus de Desenvolvimento Humano* exige 75% de frequência para jovens até 17 anos, enquanto no Haiti o *Ti Manman Cheri* apoia mães em vulnerabilidade. O México, com o histórico *Oportunidades* (antigo *Progres*a), demonstrou que exigências de 85% de frequência contribuem para a mobilidade social do ensino fundamental ao superior (Nações Unidas, 2025). No Brasil, esse esforço se reflete no Programa Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024), que se une a iniciativas estaduais como o *Todo Jovem na Escola* (RS), o *Bolsa Estudante* (SC), o *Ação para Jovem* (SP) e o *Bolsa Estudo* (GO).

Esses incentivos são cruciais porque a finalização do ensino médio está diretamente ligada ao aumento de renda. O IPEA identificou que jovens que concluem essa etapa recebem entre 11% e 20% a mais do que aqueles que não a terminam (Franca; Machado; Corseuil, 2022). Menezes-Filho e Pazello (2007) reforçam que a distribuição desses recursos melhora o desempenho acadêmico e reduz a evasão escolar. No entanto, a implementação dessas políticas exige mediação institucional. Krawczyk (2011) observa que o currículo do ensino médio sempre foi um campo de disputas, o que torna o papel de gestores e coordenadores vital para interpretar as diretrizes nacionais no chão da escola.

A eficácia de uma política como o Pé-de-Meia depende da leitura que os atores institucionais fazem dela. Tartuce et al. (2018) explicam que o gestor pode limitar a ação ao repasse burocrático ou expandi-la para fins formativos, integrando o recurso ao projeto pedagógico. Dourado (2020) defende que mudanças curriculares exigem orientações claras; sem uma articulação entre o dinheiro e a experiência vivida pelo jovem, o engajamento se perde. Como Paschoal, Marasea e Barbosa (2017) apontam uma carência histórica de políticas de empreendedorismo, a estrutura do Pé-de-Meia — aliada ao Novo Ensino Médio e à BNCC — surge como uma oportunidade para conectar os conteúdos escolares às perspectivas de futuro e ao projeto de vida do estudante.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Após a definição da questão norteadora “Como conectar o Pé-de-Meia a ações de ensino de empreendedorismo?”, delineou-se um conjunto de perguntas que buscasse captar percepções estratégicas sobre a incorporação do programa nas práticas pedagógicas da rede estadual. A elaboração deste instrumento considerou a necessidade de formular questões claras, diretamente relacionadas aos objetivos da investigação e capazes de gerar informações consistentes, evitando indução de respostas, em conformidade com as orientações metodológicas de Lefèvre e Lefèvre (2012).

Na fase preparatória, foram considerados estudos anteriores e instrumentos metodológicos empregados em investigações sobre a interface entre políticas públicas e práticas escolares, o que reforçou a necessidade de estruturar um roteiro semiestruturado, com perguntas organizadas de modo acessível e exemplificadas, facilitando a compreensão dos respondentes. Essa diretriz metodológica segue a orientação de Lefèvre e Lefèvre (2012), que defendem a clareza e objetividade dos instrumentos como condição para a obtenção de respostas consistentes. Com essas premissas, definiu-se que o foco seria compreender de que maneira o Programa Pé-de-Meia poderia ser incorporado à educação empreendedora no ensino médio, de modo a favorecer tanto a reflexão pedagógica quanto a aplicação prática do recurso. Dessa forma, o roteiro consolidou-se como uma ferramenta analítica alinhada aos objetivos do estudo e às orientações metodológicas para construção de instrumentos de pesquisa (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

A elaboração do roteiro de entrevistas com os representantes da SEEDUC/RJ foi estruturada de forma a compreender como o Programa Pé-de-Meia pode ser incorporado de maneira estratégica ao ensino de empreendedorismo na rede estadual. Ao abordar questões como a viabilidade de simulações, o estímulo à criação de projetos e à promoção da autonomia econômica dos estudantes, o roteiro se propõe a captar percepções institucionais fundamentais para o fortalecimento da proposta. O roteiro foi estruturado em dois blocos complementares. A Parte 1, Inserção pedagógica, concentrou-se na análise da viabilidade do Pé-de-Meia como eixo articulador da formação empreendedora ao longo dos três anos do ensino médio. Entre os aspectos abordados, destacam-se: a presença do tema na atuação cotidiana dos gestores de projetos, a possibilidade de organizar a educação empreendedora em etapas progressivas vinculadas ao recurso (do aprendizado em finanças básicas ao planejamento de negócios), além da identificação de estratégias e ferramentas pedagógicas que possam dar suporte a essa trilha de aprendizagem. Essa seção também incluiu questões sobre a necessidade de formação continuada, materiais de apoio e parcerias institucionais para viabilizar a implementação dessa proposta.

A Parte 2, Simulações e uso do recurso, voltou-se para a dimensão prática da proposta, explorando alternativas para que os estudantes experimentem, ainda no ambiente escolar, situações que os aproximem de decisões empreendedoras reais. Nesse bloco, o roteiro contemplou reflexões sobre a pertinência de oficinas, simulações e dinâmicas de planejamento financeiro, a exemplo da questão norteadora: “O que você faria com R\$ 9 mil ao final do ensino médio?”. Além disso, buscou-se investigar a possibilidade de organizar feiras, mostras ou projetos práticos de 3º ano que se aproximassem de experiências de microempreendimentos, reais ou simulados, como forma de reforçar a aplicabilidade pedagógica do Pé-de-Meia.

Por fim, o instrumento foi concluído com um bloco de fechamento, direcionado à coleta de recomendações dos representantes acerca de como fortalecer a integração do programa às práticas de educação empreendedora e financeira. Este espaço final também visou captar contribuições adicionais sobre a relevância do Pé-de-Meia como ferramenta de protagonismo estudantil e de incentivo à autonomia econômica. Assim, foi elaborado o Roteiro de Entrevista Semiestruturada, direcionado a representantes da SEEDUC/RJ, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representantes da SEEDUC/RJ

Nº	Parte / Dimensão	Questão
1	Parte 1 – Inserção pedagógica: Pé-de-Meia como eixo articulador	O tema do Pé-de-Meia já apareceu em sua atuação como gestor de projetos da SEEDUC? Em que situações ele foi abordado? De que forma a temática tem sido tratada nas escolas da rede?
2	Parte 1	Pensando na estrutura atual das escolas, como você vê a possibilidade de organizar a educação empreendedora em três etapas, articuladas ao Pé-de-Meia?
3	Parte 1	Quais estratégias pedagógicas você considera mais adequadas para usar o Pé-de-Meia como ponto de partida ou referência concreta para trabalhar educação financeira com os alunos do 1º ano?
4	Parte 1	Que tipo de abordagem poderia ser usada no 2º ano para estimular os alunos a criarem ideias de negócio ou projetos sociais realistas, considerando que terão acesso a um recurso ao final do ensino médio?
5	Parte 1	No 3º ano, como você imagina que os estudantes poderiam desenvolver planos de negócio diretamente vinculados ao uso planejado do recurso financeiro? Há experiências ou ferramentas que você já conhece e que poderiam ser aplicadas nesse contexto?
6	Parte 1	Que tipo de formação continuada, material de apoio ou parceria seria necessário para capacitar professores a trabalhar esse tipo de trilha articulada ao Pé-de-Meia?
7	Parte 2 – Simulações e uso futuro do recurso: da teoria à prática	O que você acha da proposta de realizar oficinas com a pergunta central: “O que você faria com R\$ 9 mil ao final do ensino médio?” Como esse tipo de atividade poderia ser inserido nas escolas?
8	Parte 2	Você considera viável que os estudantes, ainda no ensino médio, simulem o uso do recurso do Pé-de-Meia como parte de um exercício de planejamento e tomada de decisão empreendedora? Como isso poderia ser feito na prática?
9	Parte 2	Em sua visão, há espaço ou abertura nas escolas da rede para que alunos do 3º ano executem projetos empreendedores reais, com apoio de microcapital (simulado ou real)? Que condições seriam necessárias?
10	Parte 2	Você vê o Pé-de-Meia como uma oportunidade para estudantes de baixa renda vislumbrarem autonomia econômica ou continuidade de seus projetos após a escola? Como esse potencial pode ser explorado pedagogicamente?
11	Parte 2	Pensando na realidade das escolas, como transformar essa simulação em algo estruturado, vinculado a avaliações, feiras, mostras ou ações das Trilhas de Protagonismo? Isso poderia reforçar o sentido prático do Pé-de-Meia?
12	Parte 3 – Fechamento e recomendações	Que recomendações você faria para que a SEEDUC incentive o uso do Pé-de-Meia como ferramenta para a educação empreendedora e financeira, e não apenas como um auxílio passivo?
13	Parte 3	Há algo mais que você considera importante acrescentar sobre como conectar, na prática, o Pé-de-Meia ao ensino de empreendedorismo nas escolas?

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Concluindo o processo de elaboração dos roteiros de entrevistas, foi realizado um pré-teste com o objetivo de avaliar a clareza, a pertinência e a sequência das questões formuladas. O pré-teste contou com a participação de três gestores vinculados à rede estadual, externos à amostra principal da pesquisa, que responderam ao roteiro em situação simulada de entrevista. O tempo médio de resposta foi de aproximadamente 35 minutos, considerado adequado à aplicação em campo. Durante a aplicação, observou-se que a maior parte das questões foi compreendida sem necessidade de explicações adicionais, o que confirma a clareza do instrumento. Além disso, alguns termos técnicos foram substituídos por expressões de linguagem mais acessível, favorecendo a objetividade. Quanto à sequência das perguntas, verificou-se que a divisão em blocos temáticos (inserção pedagógica, simulações e recomendações) contribuiu para a fluidez

da entrevista, dispensando mudanças estruturais significativas. Já em relação à pertinência do conteúdo, os participantes avaliaram que todas as questões estavam alinhadas ao objetivo central da pesquisa, destacando a relevância da proposta para pensar a integração do Programa Pé-de-Meia às práticas pedagógicas.

Dessa forma, os resultados do pré-teste demonstraram que o roteiro reunia condições adequadas de clareza, pertinência e aplicabilidade metodológica. As modificações pontuais realizadas, como simplificações de termos e ajustes em duas perguntas, reforçaram a consistência do instrumento. Assim, definidos os procedimentos de entrevista que compõem esta etapa empírica, a próxima subseção apresenta a apresentação e discussão dos resultados preliminares.

4 RESULTADOS

4.1 Inserção do Programa Pé-de-Meia no cotidiano institucional

A análise dos discursos evidencia que o Programa Pé-de-Meia integra o cotidiano da SEEDUC/RJ predominantemente mediante lógica administrativa. O Discurso do Sujeito Coletivo construído a partir das falas revela associação imediata entre programa e acompanhamento de frequência escolar, permanência de estudantes e cumprimento de condicionalidades federais. É o que evidencia a fala de um representante da SEEDUC:

O Pé-de-Meia chegou à rede como mais uma demanda de gestão. Acompanhamos matrículas, faltas, regularidade. O foco está em não perder o benefício, garantir que o aluno continue recebendo. (DSC-SEEDUC, 2025)

Essa representação aparece em quatro dos cinco discursos analisados, indicando peso significativo na compreensão institucional. O programa é processado mediante rotinas de controle e monitoramento, com ênfase na manutenção do vínculo entre estudante e benefício, mais do que na exploração de potencialidades formativas.

Contudo, coexistem representações alternativas. Um dos representantes articula percepção mais ampla, reconhecendo possibilidades pedagógicas:

Vejo o Pé-de-Meia como recurso que pode mudar a relação do jovem com a escola. Não é só dinheiro no fim do mês. É um projeto, algo que ele está construindo. Isso muda o sentido de estar aqui. (DSC-SEEDUC, 2025)

Essa tensão entre lógica administrativa e visão formativa permeia os discursos institucionais. A predominância da primeira não elimina o reconhecimento, mesmo que incipiente, do potencial pedagógico do incentivo financeiro. O Quadro 2 sintetiza as principais representações identificadas sobre a inserção do programa.

Quadro 2 – Representações sobre inserção do Pé-de-Meia na SEEDUC/RJ

Dimensão	Caracterização	Frequência nos discursos
Administrativa	Controle de frequência, matrícula, condicionalidades	4/5
Pedagógica incipiente	Reconhecimento de potencial formativo sem operacionalização	3/5
Estratégica	Visão de longo prazo para projeto de vida	1/5
Comunitária	Articulação com famílias e contexto local	1/5

Fonte: Elaboração própria (2026).

A heterogeneidade das representações sugere que a apropriação institucional do Pé-de-Meia ainda está em construção, dependendo de fatores como formação dos gestores, tempo de implementação e diretrizes normativas explícitas.

4.2 Organização progressiva da educação empreendedora

Ponto de convergência significativa nos discursos refere-se à viabilidade de estruturar a educação empreendedora em três etapas progressivas, articuladas ao cronograma do Pé-de-Meia. Os representantes reconhecem coerência entre essa organização e o desenvolvimento dos estudantes ao longo do ensino médio. O DSC construído sobre essa temática revela consenso quanto à estrutura:

No primeiro ano, o aluno precisa entender o que é aquele dinheiro, como funciona, como guardar. Educação financeira básica. No segundo, começar a pensar no que quer fazer, ideias de projeto. No terceiro, planejar seriamente, com o valor acumulado em mente. (DSC-SEEDUC, 2025)

Essa trilha formativa, educação financeira, geração de ideias, planejamento de projetos, é identificada como estratégia capaz de conferir tangibilidade às práticas pedagógicas. Diferentemente de abordagens pontuais, a progressão ao longo dos três anos permite incorporar o Pé-de-Meia como elemento estruturante do currículo. A Figura 1 ilustra a articulação entre etapas da educação empreendedora e momentos do programa.

Figura 1 – Representações sobre inserção do Pé-de-Meia na SEEDUC/RJ


Fonte: Elaboração própria (2026).

Os representantes enfatizam que essa estruturação depende de diretrizes curriculares claras. A flexibilidade oferecida pelo Novo Ensino Médio é reconhecida como oportunidade, mas também como desafio na ausência de orientações específicas:

A estrutura existe, os itinerários permitem. Mas falta dizer como fazer. O professor precisa de apoio, material, formação. Não dá para inventar sozinho em sala de aula. (DSC-SEEDUC, 2025)

4.3 Simulações e aproximação com prática empreendedora

Os discursos demonstram receptividade à proposta de simulações práticas como estratégia pedagógica. A questão “O que você faria com R\$ 9 mil ao final do ensino médio?” é identificada como recurso potente para estimular reflexão e planejamento.

Essa pergunta muda a conversa. Deixa o aluno protagonista. Ele tem que pensar, escolher, justificar. É diferente de dizer “estude para ter emprego”. Aqui ele imagina o próprio caminho. (DSC-SEEDUC, 2025)

Contudo, a aceitação da proposta vem acompanhada de ressalvas institucionais. Três representantes associam a viabilidade das simulações a condições estruturais: disponibilidade de laboratórios de informática, acesso a plataformas de simulação financeira e, principalmente, formação docente para condução intencional das atividades.

A ideia é boa, mas precisa de professor preparado. Se virar mais uma atividade sem sentido, sem conexão com o resto, não funciona. O risco é ser mais do mesmo, só com outro nome. (DSC-SEEDUC, 2025)

O Quadro 3 apresenta as condições identificadas como necessárias à implementação das simulações.

Quadro 3 – Condições para implementação de simulações pedagógicas

Condição	Menções nos discursos	Natureza da demanda
Formação docente específica	5/5	Imprescindível
Materiais didáticos orientadores	4/5	Necessária
Infraestrutura tecnológica	3/5	Desejável
Tempo no currículo	3/5	Estrutural
Parcerias com atores externos	2/5	Complementar

Fonte: Elaboração própria (2026).

A formação docente emerge como condição unânime, sugerindo que a eficácia das simulações depende de capacitação profissional, mais do que de recursos materiais isolados.

4.4 Potencial emancipador e recomendações institucionais

Os representantes convergem quanto ao potencial emancipador do programa para estudantes de baixa renda. O reconhecimento de que o Pé-de-Meia pode favorecer autonomia econômica, continuidade de estudos e realização de projetos pessoais aparece em quatro dos cinco discursos.

Para quem nunca teve nada guardado, ter aquele valor no fim é transformador. Mas precisa de orientação. Se não tiver, vira festa, moto, gasto. A escola tem papel nisso, de educar para o uso consciente. (DSC-SEEDUC, 2025)

O caráter transformador não é assumido como automático. Os discursos enfatizam a necessidade de mediação pedagógica para evitar uso imediatista do recurso. A escola é identificada como espaço privilegiado para essa orientação, embora os próprios representantes reconheçam limitações atuais para assumir essa função. No campo das recomendações, os discursos indicam três frentes prioritárias de atuação institucional:

Primeira – formação continuada de professores, com foco em educação financeira e empreendedorismo. A demanda aparece de forma recorrente, associada à necessidade de segurança docente para abordar temas que extrapolam formação inicial tradicional.

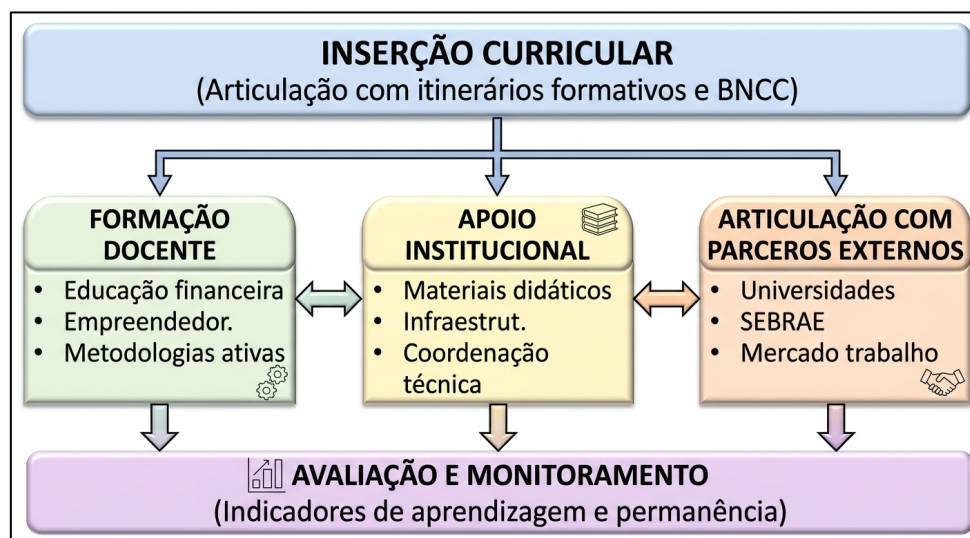
Segunda – produção de materiais pedagógicos específicos que articulem o Pé-de-Meia a sequências didáticas estruturadas, evitando sobrecarga de planejamento individual.

Terceira – criação de política estadual complementar, que estruture o programa como eixo formativo da rede, superando sua gestão exclusivamente como cumprimento de condicionalidade federal.

Precisamos de algo nosso, do Rio de Janeiro, que diga: o Pé-de-Meia é nossa política de educação, não só de assistência. Isso muda o status, muda os recursos, muda o compromisso. (DSC-SEEDUC, 2025)

A Figura 2 sintetiza as dimensões institucionais identificadas como determinantes para implementação pedagógica do programa.

Figura 2 – Dimensões institucionais para implementação pedagógica do Pé-de-Meia



Fonte: Elaboração própria (2026).

A interdependência entre as dimensões sugere que ações isoladas têm alcance limitado. A efetiva transformação do Pé-de-Meia em instrumento pedagógico exige coordenação sistêmica, envolvendo gestão, currículo e prática docente.

5 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a percepção institucional sobre o Programa Pé-de-Meia atravessa tensão fundamental: reconhecimento de potencial pedagógico com operacionalização predominantemente administrativa. Essa divisão em partes distintas dialoga com a literatura sobre implementação de políticas educacionais, que destaca o risco de desvio de finalidades quando a gestão de condicionalidades supera a intencionalidade formativa (Roque; Ferreira, 2015).

A análise dos discursos permite identificar que a SEEDUC/RJ detém elementos para superar essa tensão. A convergência quanto à estruturação progressiva da educação empreendedora, a receptividade às simulações práticas e o reconhecimento do papel da escola na orientação do uso do recurso indicam base representacional favorável à expansão do programa para dimensão formativa.

Porém, a dependência de condições estruturais, principalmente formação docente e diretrizes curriculares, sugere que a transição não ocorrerá espontaneamente. Krawczyk (2011) e Dourado (2020) alertam para o hiato recorrente entre reformas normativas e transformação das práticas escolares, que demanda investimento em mediações pedagógicas específicas.

A experiência colombiana com subsídios condicionais em Bogotá oferece referência relevante. Barrera-Orsorio et al. (2019) demonstraram que o componente de poupança, que adia parte do pagamento para período de rematrícula, produziu efeitos educacionais mais duradouros que transferências imediatas. O Pé-de-Meia, por sua estrutura de incentivos escalonados e saque condicionado à conclusão, apresenta características similares que poderiam ser potencializadas mediante articulação pedagógica explícita.

A proposta de trilha formativa em três etapas identificada nos discursos, educação financeira, geração de ideias, planejamento de projetos, alinha-se a modelos internacionais de educação empreendedora progressiva (Fayolle; Gailly, 2008; Mwasalwiba, 2010). Sua implementação efetiva, contudo, requer que a SEEDUC/RJ assuma papel de articuladora, traduzindo a política federal em diretrizes próprias.

A demanda unânime por formação docente indica que a disponibilidade de recursos financeiros, por si só, não garante apropriação pedagógica. Essa constatação reforça a importância de investimentos em capacitação profissional como condição necessária para que políticas de transferência de renda alcancem dimensão educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que representantes da SEEDUC/RJ reconhecem o Programa Pé-de-Meia como política com potencial pedagógico, ainda pouco explorado de forma sistematizada. A tensão entre lógica administrativa e formativa, presente nos discursos institucionais, configura desafio típico da implementação de políticas educacionais em contextos de gestão complexa.

Os resultados indicam caminhos para superar esse desafio: estruturação progressiva da educação empreendedora articulada ao programa; investimento em formação docente específica; produção de materiais pedagógicos orientadores; e criação de política estadual complementar que ressignifique o Pé-de-Meia como eixo formativo.

A contribuição do estudo reside em evidenciar, em momento inicial de implementação federal, as condições institucionais necessárias à transformação de incentivo financeiro em instrumento efetivo de aprendizagem. As percepções dos gestores apontam que essa transformação é desejável e viável, embora dependente de decisões de gestão que articulem diferentes níveis de política educacional.

A limitação do recorte a uma única secretaria estadual sugere cautela na generalização dos resultados. Pesquisas futuras poderão ampliar a análise comparativa entre diferentes contextos estaduais, acompanhar longitudinalmente a evolução das percepções institucionais e investigar os efeitos de intervenções formativas específicas sobre a apropriação pedagógica do programa.

O estudo reforça que políticas de transferência condicionada de renda alcançam maior eficácia educacional quando integradas a estratégias pedagógicas intencionais. No caso do Pé-de-Meia, essa integração depende decisivamente da capacidade dos atores institucionais de traduzir o incentivo financeiro em oportunidade de desenvolvimento de competências para autonomia econômica e protagonismo juvenil.

REFERÊNCIAS

BARRERA-OSORIO, F.; PEREZ-CALLE, F. Improving the design of conditional cash transfer programs: Evidence from a randomized education experiment in Colombia. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 3, n. 2, p. 167-195, 2011. <https://doi.org/10.1257/app.3.2.167>

BARRERA-OSORIO, F.; LINDEN, L. L.; SAAVEDRA, J. E. Medium- and Long-Term Educational Consequences of Alternative Conditional Cash Transfer Designs: Experimental Evidence from Colombia. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 11, n. 3, p. 54-91, 2019.

BEHRMAN, J. R.; PARKER, S. W.; TODD, P. E. Do conditional cash transfers for schooling generate lasting benefits? A five-year follow-up of PROGRESA/Oportunidades. *Journal of Human Resources*, v. 46, n. 1, p. 203-236, 2011. <https://doi.org/10.1353/jhr.2011.0028>

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia, destinado a promover incentivo financeiro-educacional para estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio público. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Caixa Econômica Federal. Programa Pé-de-Meia: incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio público. Brasília, DF: MEC/CAIXA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/pe-de-meia>. Acesso em: 19 out. 2025.

DOURADO, L. F. Reformulação do ensino médio: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 78, p. 1-20, 2020.

EDO, M.; MARCHIONNI, M. O impacto de um programa de transferência condicional de renda nos resultados educacionais além da frequência escolar na Argentina. *Revista de Eficácia no Desenvolvimento*, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2019. <https://doi.org/10.1080/19439342.2019.1666898>

FAYOLLE, A.; GAILLY, B. From craft to science: teaching models and learning processes in entrepreneurship education. *Journal of European Industrial Training*, Bingley, v. 32, n. 7, p. 569-593, 2008.

INEP. Censo Escolar da educação básica 2023: resumo técnico. Brasília: MEC, 2023.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, p. 752-764, 2011.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

MENEZES, R. P.; MARIANO, S. R. H.; CUNHA, R. M. A educação para o empreendedorismo no Novo Ensino Médio: uma análise dos documentos orientadores curriculares estaduais. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 18, Edição Especial, 2024. <https://doi.org/10.12712/rpca.v18iEdicao-Especial.58848>

MWASALWIBA, E. Entrepreneurship education: a review of its objectives, teaching methods, and impact indicators. *Education and Training*, v. 52, n. 1, p. 20-47, 2010.

ROQUE, D. M.; FERREIRA, M. A. M. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 885-907, 2015.

SARASVATHY, S.; VENKATARAMAN, S. Entrepreneurship as Method: open questions for an entrepreneurial future. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 35, n. 1, p. 113-135, 2011.

SON, H. Conditional cash transfer programs: an effective tool for poverty alleviation? *Policy Brief Series*, Manila, n. 51, p. 1-16, July 2008.

TARTUCE, G. B. P. et al. Desafios do ensino Médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 478-504, 2018. <https://doi.org/10.1590/198053144896>